



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 024/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PELO FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA-FAF DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E A VALID CERTIFICADORA DIGITAL LTDA, NA QUALIDADE DE CONTRATANTE E CONTRATADA, RESPECTIVAMENTE, PARA O FIM EXPRESSO NAS CLÁUSULAS QUE O INTEGRAM.

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, neste ato pelo FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA-FAF da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, inscrito no CNPJ sob o nº 27.326.220/0001-66, com sede na Av. Presidente Vargas, nº 670, Centro, Rio de Janeiro, RJ, neste ato representado pelo Senhor Secretário de Estado de Fazenda, **LUIZ CLAUDIO RODRIGUES DE CARVALHO**, portador da carteira de identidade nº 15.649.137-0 expedida pelo SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 177.759.078-78, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **VALID CERTIFICADORA DIGITAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 14.121.957/0001-09, com sede na Avenida Paulista, 15º andar, Sala 15, nº 2064, São Paulo/SP, CEP 01310-928, neste ato representada legalmente pelo Sr. **MARCIO NUNES DA SILVA**, inscrito no CPF nº 051.742.378-25, portador do RG nº 14.559.9000-0 – SSP/SP e pela Sra. **PATRÍCIA PIÑEIRO DE SOUZA**, inscrita no CPF nº 028.022.327-70, portadora do RG nº 09306000-2 – IFP/RJ, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo Eletrônico SEI-04/109/001085/2019**, resolvem firmar este CONTRATO nos termos da Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Estadual nº 1.790-R/2007, que se regerá mediante as cláusulas e condições que subseguem:

VALID S.A JURÍDICO/SP
ID: 7247
Gustavo Ferreira
Visto:

Av. Presidente Vargas nº 670 – 11º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20071-001



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constituem objetos deste Contrato a **prestação de serviços de certificação digital e fornecimento de tokens criptográficos, ambos por demanda**, conforme as especificações constantes no **Anexo I** deste Instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 - Fazem parte integrante deste Contrato todos os documentos e instruções que compõem o **Processo Administrativo Eletrônico SEI-04/109/001085/2019**, completando-o para todos os fins de direito, independente de sua transcrição, obrigando-se as partes em todos os seus termos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta do Programa de Trabalho 2061.04.123.0054.8103, Fonte 100, Natureza de Despesa 3390.39.52, Nota de Empenho: **2019NE00716, 2019NE00717** do orçamento do **FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA – FAF DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1 - O Contrato terá vigência até de de 20 .

4.2 - O início da vigência será contado do dia seguinte ao da publicação do extrato do contrato no **DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 - Fica estabelecido o regime de execução indireta, sob a forma de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 10, II, “b” da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

Av. Presidente Vargas nº 670 – 11º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20071-001





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR

6.1 - O valor global do Contrato corresponde a **R\$ 60.285,00 (sessenta mil, duzentos e oitenta e cinco reais)**.

6.2 - O valor do Contrato é fixo e irrevogável;

6.3 - No valor acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 - Os pagamentos serão efetuados mediante o fornecimento ao CONTRANTE da NOTA FISCAL, bem como os documentos de regularidade fiscal exigidos pelo art. 29 da Lei nº 8.666/1993. Estes documentos depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de **20 (vinte) dias corridos após a respectiva apresentação**;

7.2 - Após o 20º (vigésimo) dia corrido do processamento será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{0,33}{100} \times ND$$

Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.

V.F. = Valor da Nota Fiscal.

N.D = Número de dias em atraso.

7.3 - A NOTA FISCAL deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados e acolhidos para a contratação;

7.4 - Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas na contratação, deverá ser comunicado ao **CONTRATANTE**, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente;

7.5 - Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(ais), ou outra circunstância

Av. Presidente Vargas nº 670 – 11º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20071-001



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

impeditiva, o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à **CONTRATADA** para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo documento fiscal, devidamente corrigido;

7.6 - No texto da **NOTA FISCAL** deverá constar, obrigatoriamente, o número do contrato, o(s) objeto(s), os valores unitários e totais;

7.7 - O **CONTRATANTE** poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela **CONTRATADA**, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

7.8 - O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária no Banco Bradesco, Agência nº 2373, Conta Corrente nº 0000323314, ficando a **CONTRATADA** responsável por avisar qualquer alteração das informações bancárias.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORNECIMENTO DO PRODUTO E PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

8.1 - As emissões de certificados poderão ocorrer mediante comparecimento do servidor ao posto de atendimento da **CONTRATADA**, ou mediante visita do representante da **CONTRATADA**, em ambas situações deverão ser previamente solicitadas com a **SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**, junto à Autoridade de Registro, antecedência mínima de **02 (dois) dias úteis** à data/horário de sua execução, salvo se acordado prazo distinto e aceito pela **SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**;

8.2 - Os agendamentos para validação da documentação serão realizados de forma escalonada ao longo do período de vigência contratual e de acordo com as necessidades de certificação dos servidores da **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO**, observando-se os quantitativos de certificados requeridos e adjudicados, condicionados à emissão da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento/Ordem de Serviço;

8.3 - As ordens de serviço para a prestação dos serviços de emissão de certificados ou visitas serão expedidas conforme demanda pela **SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**;

Av. Presidente Vargas nº 670 – 11º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20071-001

7



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

8.4 - As visitas técnicas de validação serão realizadas na **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO**, localizada na **Avenida Presidente Vargas, 670, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20071-001**;

8.4.1 - A **CONTRATADA** deverá providenciar por meios próprios toda a infraestrutura necessária (ex: impressora, scanner, telefone, internet) para prestação dos serviços de emissão dos certificados mediante visita técnica nas dependências do **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO**;

8.4.2 - Os serviços decorrentes da visita deverão ser realizados por profissional devidamente capacitado para este fim;

8.4.3 - O **CONTRATANTE** poderá solicitar agendamento de até 05 (cinco) emissões de certificados digitais e tokens para a mesma visita, que deverão ocorrer no mesmo dia;

8.4.4 - O serviço de validação dos documentos dos servidores através de visita técnica, deverá ser realizado pela **CONTRATADA** sem quaisquer custos adicionais ao valor informado para este item;

8.5 - O serviço de emissão de certificados será considerado terminado quando a **CONTRATADA** entregar relatório da emissão de todos os certificados digitais para equipamentos ou de servidores que compareceram aos eventos de emissão previstos no requerimento de Emissões de Certificados encaminhado pelo **CONTRATANTE**;

8.6 - O fornecimento dos tokens em desacordo com o Termo de Referência ensejará a sua devolução, não assumindo a **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA** quaisquer despesas ou responsabilidades por sua substituição;

8.7 - O **CONTRATANTE** providenciará espaço físico para realização das visitas técnicas.

Av. Presidente Vargas nº 670 – 11º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20071-001





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

9.1 - A garantia dos tokens será prestada pela CONTRATADA, imediatamente após a emissão do seu aceite definitivo, e inclui a substituição sem custos para a **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO**, dos dispositivos que apresentarem defeitos ou falhas de funcionamento, por novos dispositivos originais ou de características e qualidade iguais ou superiores a estes, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da notificação formal à CONTRATADA;

9.2 - Deverá fornecer garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes oriunda da ICP-Brasil, pelo período de validade mínimo descrito em cada item da cláusula Quarta, contados a partir da data de emissão de certificado;

9.2.1 - Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa **CONTRATADA** deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**;

9.3 - Em caso de constatação de problemas ou falhas de funcionamento dos certificados e- **CPF A3**, verificados ao longo do seu período de validade, a **CONTRATADA** deverá providenciar a substituição dos mesmos, no prazo de um dia útil, a contar da notificação à CONTRATADA e às suas custas;

9.4- O suporte técnico será prestado pela CONTRATADA, imediatamente após a entrega dos produtos à **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO**, de forma remota e no prazo de até 4 (quatro) horas úteis a contar do chamado feito à **CONTRATADA**, via telefone, e-mail, chat e/ou website por equipe de técnicos especializados, e durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços ou contrato, se houver;

9.5 - Consistirá o suporte no esclarecimento de dúvidas técnicas e cadastrais, tais como: geração do CSR, validação da solicitação de compra, instalação do certificado e selo do site seguro, bem como, orientação sobre a correta instalação, configuração, uso e atualização dos produtos (certificados e tokens).

Av. Presidente Vargas nº 670 – 11º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20071-001



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO

10.1 - A execução dos serviços e a entrega do objeto contratado deverão ser realizadas nos postos de atendimento onde a **CONTRATADA** possuir infraestrutura disponível, ou na **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO** conforme demandado pela **SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**;

10.2 - A entrega dos Tokens criptográficos deverá ser realizada no momento da validação da certificação digital conforme data agendada pelo **CONTRATANTE**;

10.3 - Os serviços serão recebidos definitivamente, mediante Termo de Recebimento Definitivo em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento e conferência da fatura mensal referente aos serviços prestados no mês, juntamente com o relatório de atividades executadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - A execução deste Contrato será acompanhada por servidor previamente designado pelo **CONTRATANTE**, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, que deverá atestar o recebimento dos objetos contratados, para cumprimento das previsões dos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964;

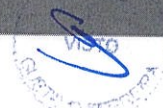
11.2 - A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por qualquer inconsistência;

11.3 - O fiscal anotará todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

11.4 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;

11.5 - Não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável por todos os produtos fornecidos, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os produtos e a garantia, diretamente ou por prepostos designados.

Av. Presidente Vargas nº 670 – 11º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20071-001





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

12.1 - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

12.1.1 - Designar comissão para fiscalizar e acompanhar a entrega dos objetos, bem como atestar a execução da contratação;

12.1.2 - Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto deste Contrato, para que a **CONTRATADA** possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição;

12.1.3 - Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela **CONTRATADA**;

12.1.4 - Acompanhar, coordenar e fiscalizar a contratação, anotando em registro próprio os fatos que exijam medidas corretivas no fornecimento dos objetos;

12.1.5 - Notificar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento, para que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias;

12.1.6 - Aplicar as sanções conforme previsto neste Contrato, assegurando à **CONTRATADA** o contraditório e ampla defesa;

12.1.7 - Efetuar os pagamentos à **CONTRATADA** na forma e nos prazos previstos neste Contrato.

12.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

12.2.1 - Responsabilizar-se integralmente pelo objeto fornecido, nas quantidades e padrões estabelecidos, sendo vedada a subcontratação, vindo a responder pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo **CONTRATANTE**, conforme previsto no art. 70 da Lei nº 8.666/1993;

12.2.2 - Colocar à disposição do **CONTRATANTE** todos os meios necessários para comprovação da regularidade do fornecimento, permitindo a verificação de suas conformidades com as especificações técnicas e exigências da contratação;

Av. Presidente Vargas nº 670 – 11º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20071-001





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

12.2.3 - Eventuais atrasos na entrega dos objetos somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior, conforme disposições contidas no Código Civil Brasileiro ou por fatos de responsabilidade do **CONTRATANTE**;

12.2.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento;

12.2.5 - Encaminhar ao **CONTRATANTE** as notas fiscais relativas à contratação;

12.2.6 - Comunicar formalmente e imediatamente ao **CONTRATANTE** quaisquer mudanças de endereço de correspondência, e-mail ou contato telefônico;

12.2.7 - Cumprir todas as obrigações relacionadas ao objeto contratado, nos termos e prazos estipulados, de acordo com este Instrumento contratual;

12.2.8 - Guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em razão da execução deste Contrato ou da relação mantida com o **CONTRATANTE**;

12.2.9 - Manter, durante toda a execução do Contrato compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no momento da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 - A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para o fornecimento dos produtos e prestação dos serviços, sujeitando-se às penalidades constantes nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a saber:

13.1.1 - **ADVERTÊNCIA**, nos casos de pequenos descumprimentos do Termo de Referência e deste Contrato que não gerem prejuízo para o **CONTRATANTE**;

13.1.2 - **MULTA** de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, limitado a 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total da respectiva Ordem de Fornecimento/Serviço, nos casos de descumprimento do prazo estipulado para a entrega do(s) produto/serviço(s), que será calculada pela fórmula $M = 0,0033 \times C \times D$. Tendo como correspondente: M = valor da multa, C = valor da obrigação e D = número de dias em atraso;

13.1.2.1 – Após 30 (trinta) dias de atraso na entrega do(s) produto/serviço(s), a

Av. Presidente Vargas nº 670 – 11º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20071-001





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO poderá considerar inexecução total do objeto;

13.1.2.2 – Em caso de inexecução total do objeto aplicar-se-á multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação

13.1.2.3 – O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à **CONTRATADA**;

13.1.2.4 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela **CONTRATADA** à SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa”;

13.1.2.5 - O Contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, inciso I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93;

13.1.2.6 - A multa pode ser aplicada isoladamente ou juntamente com as penalidades definidas nos itens abaixo.

13.1.3- **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DIRETA E INDIRETA** por um período de até 02 (dois) anos, no caso de recusa quanto ao fornecimento dos produtos ou prestação dos serviços;

13.1.4- **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** com a Administração Pública, nos casos de prática de atos ilícitos, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa.

13.1.5 - **IMPEDIMENTO** de licitar e contratar com o **ESTADO DO RIO DE JANEIRO** e descredenciamento **no SIGA**, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

13.2 - Da aplicação de penalidades caberá recurso, conforme disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/1993;

13.3 - As penalidades administrativas somente serão aplicadas pelo **CONTRATANTE** após a

Av. Presidente Vargas nº 670 – 11º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20071-001

4

visado



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;

13.4 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

13.5 - O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei nº 8.666/1993;

13.6 - A penalidade de "declaração de inidoneidade" é da competência exclusiva do **SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO**, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis da abertura de vista ao processo, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1 - A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente através de Termo Aditivo ou Termo de Apostilamento, que a este Contrato se aderirá.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

15.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei, bem como a aplicação das multas e penalidades previstas neste Instrumento;

15.2 - Constituem motivo para rescisão do Contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, ou prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da execução do objeto nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado na execução do objeto;

V - a paralisação da execução do objeto sem justa causa e prévia comunicação a
Av. Presidente Vargas nº 670 – 11º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20071-001



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

Administração;

VI - a subcontratação total do seu objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993;

IX - a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

X - a dissolução da sociedade;

XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do **CONTRATANTE**, prejudique a execução do Contrato;

XII - razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada o **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XIII - a ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

15.3 - A decisão da autoridade competente, relativa à rescisão do Contrato, deverá ser precedida de justificativa fundada assegurando o contraditório e a ampla defesa;

15.4 - A rescisão do Contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I à XII do item 15.2;

II - consensual, por acordo entre as partes e reduzida a termo no processo da contratação direta, desde que haja conveniência para a administração; e

III - judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1 - O Contrato será publicado, em resumo, no **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/1993.

Av. Presidente Vargas nº 670 – 11º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20071-001



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 - Fica eleito o foro da cidade do **Rio de Janeiro/RJ**, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim, justos e acertados, assinam o presente Instrumento, após lido e achado conforme.

Rio de Janeiro, 01 de Outubro de 2019.


FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - FAF
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA - SEFAZ
LUIZ CLAUDIO RODRIGUES DE CARVALHO

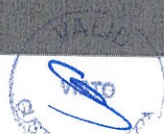

VALID CERTIFICADORA DIGITAL LTDA
MARCIO NUNES DA SILVA


VALID CERTIFICADORA DIGITAL LTDA
PATRÍCIA PIÑEIRO DE SOUZA


TESTEMUNHA


TESTEMUNHA

Ewald Grelles Freire
ID: 5073791-0





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda
Subsecretaria de Gestão e Tecnologia

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
2	<p>Certificado Digital ICP Brasil para pessoa física</p> <p>(E-CPF), tipo A3</p> <p>Ser gerado e armazenado em dispositivo portátil do tipo Token;</p> <p>Ser emitido por autoridade certificadora credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil;</p> <p>Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, SERPRO, Correios, entre outros;</p> <p>Deverá ser emitido na cadeia VS;</p> <p>O certificado deverá possibilitar a assinatura de e-mails</p> <p>Validade mínima de 3 anos.</p>	750	R\$48,12	R\$ 36.090,00

6	Token USB Possui conector USB tipo A, versão 2.0 ou superior; Ser compatível para uso com Certificados Digitais e-CPF e e- CNPJ; Conter suporte à autenticação, verificação e serviços de criptografia de informações; Conter suporte para criptografia de e-mails e assinatura digital; Permitir reutilização de dispositivos bloqueados, através de apagamento total dos dados armazenados e geração de nova senha de acesso.	750	R\$32,26	R\$24.195,00
---	---	-----	----------	--------------






PORTARIA PR-Nº 21 DE 24 DE JANEIRO DE 2019

DESIGNA SERVIDORES PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o que consta no Processo nº E-12/079/123/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar MILTON JOSÉ DE ALMEIDA, Assessor Especial, matr. 149, CARLOS EDUARDO CAVALCANTE DE LIMA, Assistente de Diretoria, matr. 1911, MAYCON NUNES DE OLIVEIRA, Assistente de Diretoria, matr. 1846, para, sob a presidência do primeiro, constituir Comissão com o objetivo de fiscalizar o Contrato nº 07/2017, firmado com a Empresa CLARO S.A.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 24 de Janeiro de 2019

JOSÉ CLÁUDIO CARDOSO URURAHY
Diretor-Presidente

Id: 2159972

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA PRODERJ / PRE Nº 714 DE 22 DE JANEIRO DE 2019

DISCIPLINA A ELABORAÇÃO E REMESSA DE OFÍCIOS, CARTAS, CORRESPONDÊNCIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar o envio de ofícios, cartas e correspondências por esta Autarquia aos órgãos da Administração Direta, Indireta, Setoriais e demais instituições públicas ou privadas;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecida que o envio de ofícios, cartas e correspondências, de qualquer natureza, seja de teor técnico ou administrativo, elaborados por esta Autarquia deverão ser, obrigatoriamente, encaminhados ao Presidente, através da Secretaria Executiva, para ciência e adoção das medidas administrativas pertinentes.

Parágrafo Único - Na ausência do Presidente, e em casos que requeram ações imediatas, a Secretaria Executiva dará ciência aos Vice-Presidentes, que adotará as medidas cabíveis.

Art.2º - Ficam excluídos desse procedimento os ofícios elaborados pelo Assessor Chefe da Assessoria Jurídica dirigidos à d. Procuradoria Geral do Estado e ao Tribunal da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cuja finalidade seja prestar esclarecimentos e informações judiciais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições anteriores em especial a Portaria PRODERJ / PRE Nº 268, de 26 de março de 2012.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 2019

MARCOS VIEIRA
Presidente

Id: 2159941

Secretaria de Estado de
Governo e Relações Institucionais

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA JURÍDICADESPACHOS DO DIRETOR-JURÍDICO
DE 25/01/2019

PROCESSO Nº E-15/003/345/2017 - POSTO ANDES LTDA.
PROCESSO Nº E-15/003/244/2017 - POSTO LINDA DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA.
PROCESSO Nº E-15/003/199/2018 - TELEMAR NORTE LESTE - OI DRA. PRISCILA CRISTINA SANTANNA DE OLIVEIRA - OAB/RJ - 164.990.
PROCESSO Nº E-15/003/124/2017 - BOMBSERV TRANSPORTES E BOMBAMENTO DE CONCRETO LTDA.
PROCESSO Nº E-15/003/899/2017 - SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA.
PROCESSO Nº E-15/003/1624/2017 - TORRE E CIA SUPERMERCADOS S/A. DRA. GLAUCYA GUIMARÃES - OAB/RJ - 186.581.
PROCESSO Nº E-15/003/138/2017 - VIA MODA BRASIL COMÉRCIO DE ROUPAS E SEUS ACESSÓRIOS LTDA.
PROCESSO Nº E-15/003/1443/2017 - MF 2038 COMERCIAL MODAS LTDA.
PROCESSO Nº E-15/003/136/2017 - VB COMÉRCIO VAREJISTA DE BIJUTERIAS LTDA.
PROCESSO Nº E-15/003/1376/2017 - DO AMORA E AROMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
PROCESSO Nº E-15/003/473/2017 - DSBPS BAR E RESTAURANTE LTDA.

PROCESSO Nº E-15/003/1422/2017 - COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, DR. DENNER DE BARRROS MASCARENHAS BARBOSA - OAB/RJ - 220.208.
PROCESSO Nº E-15/003/1395/2017 - ÔTICA MATANO COMERCIAL LTDA.

PROCESSO Nº E-15/003/1494/2017 - SEF - SÉRGIO EDNA E FAMÍLIA ARTIGOS E SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS E ESPORTIVOS LTDA.

PROCESSO Nº E-15/003/1490/2017 - TEMPO CINCO LTDA - ME.

NOTIFICADO as empresas supracitadas para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da presente publicação, para apresentarem RECURSO contra a decisão de primeira instância que impôs a sanção de multa nos processos administrativos à epígrafe, na forma do artigo 30 da Lei Estadual nº 6.007/2011ou, em não desejando recorrer, deverão os fornecedores efetuar o pagamento do valor da multa em 30 (trinta) dias corridos, também contados a partir da presente publicação, sob pena de elaboração da nota de débito e consequente inscrição do débito em Dívida Ativa do Estado do RJ, consoante o disposto no artigo 45, da Lei Estadual nº 6.007/2011.

Id: 2159728

AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA JURÍDICADESPACHOS DO DIRETOR-JURÍDICO
DE 25/01/2019

PROCESSO Nº E-24/004/1382/2015 - DROGARIA ONOFRE LTDA. DR. TARIK FERRARI MEGROMONTE - OAB/SP - 295.463.
PROCESSO Nº E-15/003/1339/2017 - CNOVA COMÉRCIO ELETRÔNICO S/A.

PROCESSO Nº E-15/003/1212/2017 - CNOVA COMÉRCIO ELETRÔNICO S/A.

PROCESSO Nº E-15/003/600/2017 - CENOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA. DR. ALEXANDRE BRANDAO GOMES - OAB/RJ - 72.155.

PROCESSO Nº E-15/003/796/2017 - POSTO VIA PONTE LTDA.

NOTIFICADO as empresas supracitadas para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da presente publicação, para apresentarem RECURSO contra a decisão de primeira instância que impôs a sanção de multa nos processos administrativos à epígrafe, na forma do artigo 30 da Lei Estadual nº 6.007/2011; ou, em não desejando recorrer, deverão os fornecedores efetuar o pagamento do valor da multa em 30 (trinta) dias corridos, também contados a partir da presente publicação, sob pena de elaboração da nota de débito e consequente inscrição do débito em Dívida Ativa do Estado do RJ, consoante o disposto no artigo 45 da Lei Estadual nº 6.007/2011.

Id: 2159928

Secretaria de Estado de Fazenda

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 08 DE 25 DE JANEIRO DE 2019

DELEGA COMPETÊNCIAS PARA PRÁTICA
DOS ATOS QUE MENCIONA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII e o § 1º do art. 82 da Lei nº 287, de 04.12.79 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro), e tendo em vista o disposto no art. 14 do Decreto-Lei nº 239, de 2.10.75, e no Parágrafo Único do art. 35 do Regulamento a que se refere o Decreto nº 3.145, de 28.04.80,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica delegada à DÉBORA PEÇANHA GONÇALVES, Identidade Funcional nº 4362478-2, Superintendente de Administração e Finanças, competência para, na qualidade de ORDENADOR DE DESPESAS, para praticar atos de gestão orçamentária e financeira no âmbito da Secretaria do Estado de Fazenda, e também para:

I - autorizar a abertura de licitações, aprovar os respectivos resultados e adjudicar os objetos do certame, bem como anulá-las e revogá-las;
II - assinar acordos, convênios, termos de compromisso e contratos decorrentes de procedimentos licitatórios ou não, aprovar ou impugnar as respectivas prestações de conta, autorizar reajustamentos previstos em leis e regulamentos e apostilamentos;

III - dispensar licitações e reconhecer os casos de inexistibilidade;

IV - autorizar a emissão de notas de empenho e ordens de pagamentos;

V - aplicar ou reverter as penalidades administrativas previstas em lei, inclusive as pecuniárias quando verificados descumprimentos de obrigações contratuais, inclusive inadimplência de prazos, nos casos de fornecimento de materiais, prestações de serviços e execuções de obras;

VI - autorizar a concessão de adiantamentos e aprovar ou impugnar as respectivas prestações de contas;

VII - reconhecer dívidas;

VIII - autorizar a aquisição de passagens aéreas;

IX - autorizar a concessão de diárias.

Art. 2º - Da presente Resolução será dado conhecimento ao Tribunal de Contas do Estado, conforme dispõe Parágrafo Único do artigo 289, da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1978, e aos órgãos do controle interno desta Secretaria.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de Janeiro de 2019
LUIZ CLAUDIO RODRIGUES DE CARVALHO
Secretário do Estado de Fazenda

Id: 2160051

SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
DE 23/01/2019

PROCESSO Nº E-12/176/10099/2018 - ISIS MATHIAS DE LIMA, Analista Executivo, Id. Funcional nº 5011854-0, CONCEDO 03 (três) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto no art. 19, VI, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo art. 129, do Decreto nº 2.479/79, relativa ao período base de tempo de serviço apurados entre: 14/11/2013 a 12/11/2018.

PROCESSO Nº E-04/030.889/1996 - ALEXANDRE RANGEL BEL-FORTI, Auditor Fiscal da Receita Estadual, Id. Funcional nº 1938631-1, CONCEDO 06 (seis) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto no art. 19, VI, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo art. 129, do Decreto nº 2.479/79, relativa aos períodos base de tempo de serviço apurados entre: 21/10/2005 a 19/10/2010 e 20/10/2010 a 19/10/2015.

Id: 2159772

SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
DE 24/01/2019

PROCESSO Nº E-04/294/10058/2018 - ULISSES VOLTES NOGUEIRA - De acordo com o parecer médico pericial da Superintendência Central de Perícias Médicas e Saúde Ocupacional, exarado às fls. 72, INDEFIRO o pedido.

PROCESSO Nº E-04/355/1241/2017 - YONE SILVEIRA PINHEIRO - De acordo com o parecer médico pericial da Superintendência Central de Perícias Médicas e Saúde Ocupacional, exarado às fls. 19, INDEFIRO o pedido.

Id: 2159853

SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
DE 25/01/2019

PROCESSO Nº SEI-04/024/000115/2018 - LEONARDO MAIA DE ALMEIDA, Auditor Fiscal da Receita Estadual, Id. Funcional nº 1163025-6, CONCEDO 03 (três) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto no art. 19, VI, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo art. 129, do Decreto nº 2.479/79, relativa ao período base de tempo de serviço apurados de 27/12/2013 a 25/12/2018.

PROCESSO Nº SEI-04/021/000088/2019 - YURI JACOB LUMER, Auditor Fiscal da Receita Estadual, Id. Funcional nº 5023319-0, CONCEDO 03 (três) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto no art. 19, VI, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo art. 129, do Decreto nº 2.479/79, relativa ao período base de tempo de serviço apurados de 27/12/2013 a 25/12/2018.

PROCESSO Nº SEI-04/024/000114/2018 - FILIPPE SIMÕES HALLACK, Auditor Fiscal da Receita Estadual, Id. Funcional nº 5023319-0, CONCEDO 03 (três) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto no art. 19, VI, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo art. 129, do Decreto nº 2.479/79, relativa ao período base de tempo de serviço apurados de 27/12/2013 a 25/12/2018.

PROCESSO Nº SEI-04/057/000115/2019 - CARLOS EDUARDO RODRIGUES LOUREIRO, Analista da Fazenda Estadual, Id. Funcional nº 5019664-2, CONCEDO 03 (três) meses de Licença Prêmio, de acordo com o disposto no art. 19, VI, do Decreto-Lei nº 220/75, regulamentado pelo art. 129, do Decreto nº 2.479/79, relativa ao período base de tempo de serviço apurados de 25/10/2013 a 23/10/2018.

Id: 2159953

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA

ATO DO SUBSECRETÁRIO DE ESTADO

PORTARIA SSER Nº 177 DE 16 DE JANEIRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A BASE DE CÁLCULO DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA DO ICMS NAS OPERAÇÕES COM BEBIDAS ALCOÓLICAS, EXCETO CERVEJA E CHOPE.

O SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE RECEITA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 1º, da Resolução SEFAZ nº 358, de 13 de dezembro de 2018,

CONSIDERANDO:

- o disposto no § 5º, do art. 1º, da Resolução SEFAZ nº 358/2018; e
- o disposto no Processo nº E-04/044/00001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Nas operações com as mercadorias listadas no Anexo Único, o contribuinte substituído deve calcular e recolher o ICMS devido por substituição tributária, mediante a aplicação da alíquota correspondente diretamente sobre o Preço Médio Ponderado a Consumidor Final (PMDF), constante do relatório Anexo, em cumprimento ao disposto nos §§ 7º e 10, do art. 24, da Lei nº 2.557, de 26 de dezembro de 1996, e no § 6º, do art. 5º, do Livro II do RICMS/00, no item 29, do Anexo I, do Livro II do RICMS/00 e na Resolução SEFAZ nº 358, de 13 de dezembro de 2018.

Art. 2º - O Anexo Único desta Portaria substitui o Anexo Único da Resolução SEFAZ nº 789/2014, em conformidade ao art. 7º, da Resolução SEFAZ nº 358/2018.

Art. 3º - Esta Portaria entrará vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2019.

Rio de Janeiro, 16 de Janeiro de 2019

ADILSON ZEGUR
Subsecretário de Estado de Receita

ANEXO ÚNICO

I. APERITIVO, AMARGO, BITTER E SIMILARES (CEST 02.001.00)

ITEM		IMPORTADO		PREÇO FINAL (R\$)	EMBALAGEM NÃO RE-TORNAVEL	PREÇO FINAL (R\$)	EMBALAGEM RETORNÁVEL
		MARCA	EMBALAGEM				
1.1		Absolut Extraht	de 671 a 760 ml	85,35			
1.2		Amosava Aromatic	até 180 ml	90,54			
1.3		Angelshura Orange	até 180 ml	91,67			
1.4		Fernet Branca (Italiano)	de 671 a 760 ml	147,42			
1.5		Fernet Branca Mentha (Italiano)	de 671 a 760 ml	129,22			
1.6		Jagermeister	de 671 a 760 ml	104,67			
NACIONAL							
1.7		Aperitivo Busca Vida	de 671 a 760 ml	85,06			
1.8		Aperol	de 671 a 760 ml	92,32			
1.9		Black Stone	de 761 a 1000 ml	17,61			
1.10		Black Street (todas)	de 761 a 1000 ml	18,94			
1.11		Calceanti Asteca	de 761 a 1000 ml	23,05			
1.12		Campari	de 181 a 270 ml	12,19			
1.13		Campari	de 761 a 1000 ml	40,45			
1.14		Cynar	de 761 a 1000 ml	19,92			
1.15		Diavana - Fernet / Ralpas Amargas	de 761 a 1000 ml	10,62			
1.16		Dose Veneno	de 671 a 760 ml	25,23			
1.17		Ervas Amargas Arco Iris	de 761 a 1000 ml	19,58			16,86
1.18		Ervas Amargas Pessarin	de 761 a 1000 ml	9,57			
1.19		Fernet Asteca	de 761 a 1000 ml	14,32			
1.20		Fernet Fennetti Dubar	de 761 a 1000 ml	27,99			
1.21		Fernet Thiquino	de 761 a 1000 ml	12,84			

Imprensa
Oficial
do Estado do Rio de JaneiroGoverno do
Estado do Rio de Janeirodocumento
assinado
digitalmente

A assinatura não possui validade quando impressa.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.

Assinado digitalmente em Sábado, 26 de Janeiro de 2019 às 00:40:41 -0200.

ao período de 05/09/2019 a 14/09/2019 (10 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/016832/2019 - THIAGO CARDOSO ARAUJO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42666165, correspondente ao período de 19/08/2019 a 01/09/2019 (14 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001904/2019 - SILVIA FABER TORRES, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19223463, correspondente ao período de 26/08/2019 a 31/08/2019 (06 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/002279/2019 - MARIANA DE SOUSA CARVALHO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43343384, correspondente ao período de 05/09/2019 a 14/04/2019 (10 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000768/2019 - FABIANA PEIXOTO SICCARDI, Procurador do Estado, ID Funcional nº 50143743, correspondente ao período de 02/09/2019 a 04/09/2019 (03 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000768/2019 - FABIANA PEIXOTO SICCARDI, Procurador do Estado, ID Funcional nº 41954831, correspondente ao período de 05/09/2019 a 09/09/2019 (05 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001485/2019 - ERICK RIBEIRO MAUES PAIXÃO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19233557, correspondente ao período de 02/08/2019 a 15/09/2019 (14 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000705/2019 - ANDRE RODRIGUES CYRINO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 41954831, correspondente ao período de 08/08/2019 a 09/09/2019 (30 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/002105/2019 - HUGO TRAVASSOS SETTE E CAMARA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19210671, correspondente ao período de 09/09/2019 a 07/09/2019 (30 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/004766/2019 - ALDE DA COSTA SANTOS JUNIOR, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19234155, correspondente ao período de 02/09/2019 a 16/09/2019 (15 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/022397/2019 - CHRISTIANO DE OLIVEIRA TAVERA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19233353, correspondente ao período de 12/08/2019 a 07/09/2019 (27 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/022397/2019 - CHRISTIANO DE OLIVEIRA TAVERA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19233353, correspondente ao período de 09/09/2019 a 15/09/2019 (07 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/002286/2019 - PEDRO GONÇALVES DA ROCHA SLAWINSKI, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19228082, correspondente ao período de 08/08/2019 a 09/09/2019 (30 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001493/2019 - ADRIANA PRATA DE FREITAS, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19221550, correspondente ao período de 02/09/2019 a 15/09/2019 (14 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/004568/2019 - JOÃO MARCELO GAIO SOUZA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43572808, correspondente ao período de 05/09/2019 a 08/09/2019 (04 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/004580/2019 - NICOLA TUTUNGI JUNIOR, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42666090, correspondente ao período de 16/09/2019 a 01/09/2019 (17 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/004580/2019 - NICOLA TUTUNGI JUNIOR, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42666090, correspondente ao período de 02/09/2019 a 08/09/2019 (05 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/004580/2019 - NICOLA TUTUNGI JUNIOR, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42666090, correspondente ao período de 10/09/2019 a 20/09/2019 (11 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/009892/2019 - MARCIO BRUNO MILECH, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19230587, correspondente ao período de 22/08/2019 a 10/09/2019 (20 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001150/2019 - JOÃO MORAES NETO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 50320467, correspondente ao período de 01/08/2019 a 31/08/2019 (31 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001662/2019 - FLÁVIO ASSAID SFAIR DA COSTA ROCHA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 50243373, correspondente ao período de 10/09/2019 a 08/09/2019 (30 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/002242/2019 - FERNANDA WOLF VON ARCO-SY TEIXEIRA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 41955013, correspondente ao período de 22/08/2019 a 10/09/2019 (20 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001330/2019 - DANIEL DE ARAUJO PERALTA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43348246, correspondente ao período de 12/08/2019 a 26/09/2019 (15 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001130/2019 - DANIEL DE ARAUJO PERALTA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43348246, correspondente ao período de 30/08/2019 a 13/09/2019 (15 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001169/2019 - ANDRE LUIZ PETTENA DE OLIVEIRA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43347827, correspondente ao período de 12/08/2019 a 26/08/2019 (15 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001188/2019 - ANDRE LUIZ PETTENA DE OLIVEIRA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43347827, correspondente ao período de 09/09/2019 a 18/09/2019 (10 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001217/2019 - CARLOS DA COSTA E SILVA FILHO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19221738, correspondente ao período de 02/09/2019 a 16/09/2019 (15 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001665/2019 - SONIA REGINA DE CARVALHO MESTRE, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19215487, correspondente ao período de 02/09/2019 a 15/09/2019 (14 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001809/2019 - VERONICA PINHEIRO VIDAL, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19230036, correspondente ao período de 26/08/2019 a 14/09/2019 (20 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001607/2019 - MARCIA LATGE MANNHEIMER, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19228063, correspondente ao período de 26/08/2019 a 14/09/2019 (20 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000721/2019 - NATÁLIA FARIA DE SOUZA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43592953, correspondente ao período de 19/08/2019 a 04/09/2019 (17 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000709/2019 - ANDRE SERRA ALONSO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19230036, correspondente ao período de 19/08/2019 a 04/09/2019 (17 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000706/2019 - ANDRE SERRA ALONSO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43347894, correspondente ao período de 05/09/2019 a 14/09/2019 (10 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000540/2019 - CLAUDIO ROBERTO PIERUCCETTI MARQUES, Procurador do Estado, ID Funcional nº 41955056, correspondente ao período de 19/08/2019 a 05/09/2019 (18 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001601/2019 - ADRIANA BRAGA DIAS DA SILVA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19213158, correspondente ao período de 07/09/2019 a 21/08/2019 (15 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001716/2019 - ALEX CORDEIRO BERTOLUCCI, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19210973, correspondente ao período de 08/08/2019 a 06/09/2019 (30 dias).

período de 08/08/2019 a 06/09/2019 (30 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/002340/2019 - MARIANA DE ALMEIDA C. B. DO NASCIMENTO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43872123, correspondente ao período de 02/09/2019 a 06/09/2019 (05 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000748/2019 - GUILHERME SALGUEIRO PACHECO DE AGUIAR, Procurador do Estado, ID Funcional nº 50143897, correspondente ao período de 01/08/2019 a 30/08/2019 (30 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/002276/2019 - CARLOS ANDRE SILVA BAPTISTA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43871523, correspondente ao período de 19/08/2019 a 31/08/2019 (13 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000286/2019 - BERNARDO BICHARA FARIA COELHO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 50143727, correspondente ao período de 12/08/2019 a 10/09/2019 (30 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/004002/2019 - LUIZ ALBERTO MOREIRA MARTINS JACOB, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19232667, correspondente ao período de 12/08/2019 a 10/09/2019 (30 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000277/2019 - RENATO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19231253, correspondente ao período de 01/07/2019 a 14/09/2019 (45 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001024/2019 - ROGERIO CARVALHO GUIMARAES, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19232136, correspondente ao período de 02/09/2019 a 06/09/2019 (05 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/014882/2019 - MAURICIO JORGE PEREIRA DA MOTA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19232136, correspondente ao período de 05/08/2019 a 14/09/2019 (10 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/014882/2019 - MAURICIO JORGE PEREIRA DA MOTA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19231941, correspondente ao período de 15/08/2019 a 24/09/2019 (10 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001446/2019 - PATRÍCIA CLÁUDIA DAMOUS DE MORAES, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19220581, correspondente ao período de 26/09/2019 a 09/09/2019 (15 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001448/2019 - PATRÍCIA CLÁUDIA DAMOUS DE MORAES, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19220581, correspondente ao período de 10/09/2019 a 23/09/2019 (14 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001429/2019 - LEONARDO DE ANDRADE MATTIETTO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19219628, correspondente ao período de 26/08/2019 a 09/09/2019 (15 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000369/2019 - JONER AUGUSTUS TOLEDO DE CARVALHO FOLLY, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19222653, correspondente ao período de 09/08/2019 a 07/09/2019 (30 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000369/2019 - JONER AUGUSTUS TOLEDO DE CARVALHO FOLLY, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19222653, correspondente ao período de 09/09/2019 a 15/09/2019 (07 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000121/2019 - LUIS FELIPE SAMPAIO DE ALMEIDA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43872212, correspondente ao período de 01/08/2019 a 30/08/2019 (30 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/002299/2019 - PAULA BAHENSE DE ALBUQUERQUE E SILVA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42666092, correspondente ao período de 01/08/2019 a 20/08/2019 (20 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001694/2019 - ANDRE URYN, Procurador do Estado, ID Funcional nº 41955021, correspondente ao período de 19/08/2019 a 07/09/2019 (20 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000748/2019 - JORGE CELSO FLEMING DE ALMEIDA FILHO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43871852, correspondente ao período de 01/08/2019 a 02/09/2019 (33 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001325/2019 - MAURICIO CARLOS ARAUJO RIBEIRO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 5717590, correspondente ao período de 19/08/2019 a 02/09/2019 (15 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/001188/2019 - MARCELO ZENNI TRAVASSOS, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42666023, correspondente ao período de 02/09/2019 a 21/09/2019 (20 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000542/2019 - BRUNO VELOSO DE MESQUITA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42666074, correspondente ao período de 02/09/2019 a 05/09/2019 (04 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/000766/2019 - RODRIGO DE ALMEIDA TÁVORA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19230869, correspondente ao período de 08/08/2019 a 17/08/2019 (10 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/002518/2019 - VIVIANE COSER VIANNA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19215550, correspondente ao período de 12/08/2019 a 24/08/2019 (13 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/002798/2019 - MARCOS LINS E SILVA NERY DA COSTA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19219920, correspondente ao período de 16/08/2019 a 07/09/2019 (23 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/002867/2019 - CLAUDIA TEIXEIRA CARNEIRO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19236735, correspondente ao período de 02/09/2019 a 15/09/2019 (14 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/003080/2019 - GUSTAVO DO AMARAL MARTINS, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19211139, correspondente ao período de 04/09/2019 a 23/09/2019 (20 dias).

PROC. Nº SEI-14/001/003022/2019 - REINALDO FREDERICO AFONSO SILVEIRA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19220740, correspondente ao período de 02/09/2019 a 23/09/2019 (22 dias).

LOJADA NAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO CHEFE IMEDIATO, AUTORIZO.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE GESTÃO

DESPACHOS DA PROCURADORIA-ASSISTENTE

DE 01.10.2019

PROC. Nº SEI-14/001/001293/2019 - JOSE CARLOS TAVARES DE MORAES SARMENTO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19214146 - exercício de 2014, 2º período.

PROC. Nº SEI-14/001/001232/2019 - FILIPE BEZERRA DE MENEZES PICAÇO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 50156687 - exercício de 2019, 2º período.

PROC. Nº SEI-14/001/001299/2019 - MARCOS BUENO BRANDÃO DA PENHA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42666163 - exercício de 2018, 1º período.

PROC. Nº SEI-14/001/001294/2019 - WALDIR ZAGAGLIA, Procurador do Estado, ID Funcional nº 20120532 - exercício de 2019, 1º período.

PROC. Nº SEI-14/001/001235/2019 - PATRICIA CLAUDIA DAMOUS DE MORAES, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19220561 - exercício de 2019, 2º período.

PROC. Nº SEI-14/001/001297/2019 - MARIANA LOJA TAPIAS, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19220260 - exercício de 2019, 2º período.

PROC. Nº SEI-14/001/001306/2019 - BRUNO TEIXEIRA DUBEUX, Procurador do Estado, ID Funcional nº 41955046 - exercício de 2017, 2º período.

PROC. Nº SEI-14/001/001305/2019 - RAFAEL CAVALCANTI CID, Procurador do Estado, ID Funcional nº 41955005 - exercício de 2017, 2º período.

PROC. Nº SEI-14/001/001301/2019 - MIRIAM CAVALCANTI DE GUSMÃO SAMPAIO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19226594 - exercício de 2019, 2º período.

PROC. Nº SEI-14/001/001310/2019 - ERICK RIBEIRO MAUES PAIXÃO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19233957 - exercício de 2019, 1º período.

PROC. Nº SEI-14/001/002439/2019 - ANDRÉ SERRA ALONSO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 43347894 - exercício de 2017, 1º período.

PROC. Nº SEI-14/001/001312/2019 - TATIANA ESTEVES NATAL LEAL, Procurador do Estado, ID Funcional nº 42666147 - exercício de 2019, 1º período.

PROC. Nº SEI-14/001/001307/2019 - RICARDO LEVY SADICOFF, Procurador do Estado, ID Funcional nº 41954939 - exercício de 2013, 2º período.

PROC. Nº SEI-14/001/001300/2019 - ANDRÉ CANTANHEDE AMELIO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19233957 - exercício de 2019, 2º período.

PROC. Nº SEI-14/001/001304/2019 - MARCELO ORTIGÃO BENIGNO DE CARVALHO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 19238096 - exercício de 2019, 2º período.

PROC. Nº SEI-14/001/001309/2019 - RAFAEL ROLIM DE MINTO, Procurador do Estado, ID Funcional nº 41954947 - exercício de 2013, 2º período.

CONCEDO O BENEFÍCIO DOS PROCESSOS ACIMA RELACIONADOS.

Id: 2212207

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATOS

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 4º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 110/15, PARTES: DETRAN/RJ e MUNICÍPIO DE MIRACEMA, OBJETO: Prolongar o prazo de vigência por 12 (doze) meses. GESTOR: Thayssa Christine Rocha da Silva, ID Funcional nº 5031333-8. DATA DA ASSINATURA: 01/10/2019. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Estadual nº 6.857/13. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-12/004/0074/2014.

Id: 2212175

VICE-GOVERNADORIA
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXTRATO DE TERMO

IDENTIFICAÇÃO: Termo de Rescisão Amigável do Contrato nº 112/2019 assinado em 03.10.2019, PARTES: DER-RJ e a EMPRESA ALIANÇA INFRAESTRUTURA DO BRASIL S/A. OBJETO: Rescisão de RESERVATÓRIOS, TRONCO ALIMENTADOR E TRONCO DISTRIBUIDOR NO BAIRRO DE MONJOLOS, MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO - RJ.

Id: 2212239

Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: LI Nº 009/2019-ADPR-31
OBJETO: COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA COM A CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS, TRONCO ALIMENTADOR E TRONCO DISTRIBUIDOR NO BAIRRO DE MONJOLOS, MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO - RJ.
DATA: 22/10/2019 HORÁRIO: 11:00 h
LOCAL: Av. Presidente Vargas, 2655 - Térreo - Sala de Licitações
VALOR ESTIMADO: R\$ 15.484.490,95
O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permissão de duas cópias de papel tamanho A4 - 75g/m², no endereço supramencionado, onde os interessados também poderão obter todas as informações sobre a licitação, no horário de 9h às 12h e das 14h às 17h ou pelos telefones (XX) 21 2332-3837.

Id: 2212277

Secretaria de Estado de Fazenda

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 024/2019.
PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através do FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDARIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a empresa VALID CERTIFICADORA DIGITAL LTDA.
OBJETO: Prestação de serviços de certificação digital e fornecimento de tokens criptografados, ambos por demanda.
PRAZO: 12 (doze) meses, contados a partir da data da publicação.
VALOR: R\$ 60.265,00 (sessenta mil duzentos e oitenta e cinco reais).
PROGRAMA DE TRABALHO: 2081.04.123.0054.8103.
NATUREZA DAS DESPESAS: 3390.39.52.
NOTA DE EMPENHO: 2019NE00718 e 2019NE00717.
DATA DA ASSINATURA: 01/10/2019.
FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/93.
PROCESSO Nº SEI-04/109/001085/2019.

Id: 2212280



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 04 de Outubro de 2019 às 05:12:07 -0300.